



União das
Freguesias de

CASTRO VERDE E CASÉVEL

Proposta nº 02 /2019 JUFCVC
Incentivos à natalidade e Adoção – +BÉBÉ

Nota Justificativa

Considerando que o envelhecimento populacional tem provocado uma forte distorção na pirâmide geracional, com consequências negativas no desenvolvimento económico; —

Considerando a crescente intervenção das autarquias no âmbito das políticas de ação social, no sentido de promover a melhoria da qualidade de vida dos munícipes e dos fregueses;

Considerando a importância da família, enquanto lugar de realização pessoal e de recuperação e transmissão de valores, como a solidariedade, partilha, realização, e amor e a necessidade de promover a fixação de jovens famílias nas freguesias, como forma de combater a desertificação, sobretudo nas áreas mais ruralizadas, e ainda simultaneamente promover um maior dinamismo na economia local, a União de Freguesias de Castro Verde e Casével, assume o compromisso com os seus fregueses de implementar um sistema de incentivos à natalidade e adoção.

Assim sendo, propõe-se que a Junta de freguesia da União das Freguesias de Castro Verde e Casével dê início ao processo com vista à aprovação do Projeto de Regulamento de Incentivo à Natalidade e Adoção, seguindo-se o período legal de discussão pública, e aprovação em reunião do Executivo da União.

Castro Verde, 2 de Janeiro de 2019

O Presidente da Junta da UFCVC,

/António José da Luz Paulino/



União das
Freguesias de

CASTRO VERDE E CASÉVEL

Projeto de Regulamento de Incentivo à Natalidade e Adoção

“ + BÉBÉ ”



NOTA JUSTIFICATIVA

Considerando a importância da família, enquanto lugar de realização pessoal e de recuperação e transmissão de valores, como a solidariedade, partilha, realização e amor e a necessidade de promover a fixação de jovens famílias nas freguesias, como forma de combater a desertificação, sobretudo nas áreas mais ruralizadas, e ainda simultaneamente promover um maior dinamismo na economia local, a União de Freguesias de Castro Verde e Casével, assume o compromisso com os seus fregueses de implementar um sistema de incentivos à natalidade e adoção, à comunidade.

Assim sendo, ao abrigo do disposto na alínea h), do nº 1, do artigo 16º conjugado com a alínea f) do nº 1 do artigo 9º da Lei 75/2013 de 12 setembro, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, a União das Freguesias de Castro Verde e Casével submete à aprovação da Assembleia de Freguesia o presente Projeto de Regulamento, após aprovado em reunião do Executivo da União, em ____/____/____.

ARTIGO 1.º

Âmbito e objetivo

1. Pelo presente Regulamento são estabelecidas as normas de atribuição de Incentivo à natalidade na União das Freguesias de Castro Verde e Casével.
2. O incentivo à natalidade efetua-se através da atribuição de um subsídio, sempre que ocorra o nascimento de uma criança e/ou adoção de menor de 6 anos.

ARTIGO 2.º

Aplicação e beneficiários

1. O presente regulamento aplica-se às crianças nascidas e/ou adotadas a partir da data de entrada em vigor do presente regulamento na área da União das Freguesias de Castro Verde e Casével.
2. São beneficiários os indivíduos isolados ou inseridos em agregados familiares, residentes e recenseados na União das Freguesias de Castro Verde e Casével, há pelo menos um ano e desde que preencham os requisitos constantes no presente Regulamento.



3. Podem requerer o incentivo á natalidade:

- a) Os progenitores, em conjunto, caso sejam casados ou vivam em união de facto, nos termos da lei;
- b) Quem tem a guarda de facto da criança;
- c) Qualquer pessoa singular a quem, por decisão judicial ou administrativa das entidades ou organismos legalmente competentes, a criança esteja confiada.

ARTIGO 3.º

Condições gerais de atribuição

1. São condições de atribuição do incentivo:

- a) Que a criança se encontre registada como natural da União das Freguesias de Castro Verde e Casével;
- b) Que o requerente ou requerentes do direito ao incentivo residam na União das Freguesias de Castro Verde e Casével e estejam recenseados na freguesia;
- c) Que a criança resida efetivamente com o requerente ou requerentes;
- d) Que o requerente ou requerentes não possuam á data da candidatura, dívidas para com a União das Freguesias de Castro Verde e Casével, Autoridade Tributária e Segurança Social;
- e) Que o requerente ou requerentes não possuam quaisquer processos a decorrer na Comissão de Proteção Crianças e Jovens (CPCJ), ou outras entidades do mesmo teor.

ARTIGO 4º

Valor do incentivo

- 1. O valor do incentivo, por cada filho, é de **300,00 €**, sendo apenas atribuído mediante apresentação de faturas de despesas específicas para o efeito.
- 2. As despesas elegíveis a constar das faturas são as seguintes:
 - a) Higiene, alimentação, saúde, vestuário, puericultura e mobiliário, desde que estes produtos estejam associados ao objetivo da candidatura a que se propõe.



ARTIGO 5º

Candidatura

1. A Candidatura ao incentivo á natalidade será instruída com os seguintes documentos, a entregar na União das Freguesias de Castro Verde e Casével:
 - a) Formulário, disponível para o efeito, devidamente preenchido;
 - b) Fotocópia do Bilhete de Identidade ou Cartão de Cidadão do requerente ou requerentes;
 - c) Fotocópia do cartão do número de identificação fiscal do requerente ou requerentes;
 - d) Cópia da certidão de nascimento ou documento comprovativo do registo da criança; no caso de adoção, documento legal comprovativo;
 - e) Declaração do candidato a autorizar a realização das diligências necessárias para averiguar da veracidade dos elementos fornecidos, bem como o tratamento dos dados pessoais dos envolvidos.

ARTIGO 6º

Prazos de Candidatura

O apoio à natalidade e à adoção pode ser requerido num período de 6 meses após o nascimento da criança ou pelo mesmo período datado da entrega e confiança da criança a cargo de outros singulares e famílias;

ARTIGO 7º

Análise das candidaturas

1. O processo de candidatura será analisado pelo Executivo da União das Freguesias de Castro Verde e Casével.
2. A comprovada prestação de falsas declarações implica o indeferimento do processo ou reembolso do montante incentivo atribuído.

ARTIGO 8º

Decisão e Prazo de Reclamações

1. Todos os candidatos serão informados, por escrito, da atribuição ou não do incentivo, no prazo de trinta dias após apresentação da candidatura.
2. Caso a proposta de decisão seja de indeferimento, o requerente ou requerentes podem reclamar no prazo de dez dias úteis, após receção do ofício de decisão.



3. As reclamações deverão ser dirigidas ao Presidente da União das Freguesias de Castro Verde e Casével.
4. A reavaliação do processo e o resultado da reclamação será posteriormente comunicado ao requerente dentro de quinze dias.

ARTIGO 9º

Atribuição do Incentivo

1. O incentivo será atribuído no prazo máximo de dois meses após a data de receção da candidatura ao incentivo, e mediante apresentação de faturas.
2. As faturas a entregar na União das Freguesias de Castro Verde e Casével devem ser emitidas em nome da criança alvo da candidatura.
3. As faturas a entregar na União das Freguesias de Castro Verde e Casével serão alvo de análise por parte do Executivo, o qual decide a sua validade mediante o fim a que se destinam.
4. Em caso de morte da criança, após deferido a candidatura, o requerente ou requerentes recebem de igual modo o incentivo, desde que preencha todas as condições definidas no presente regulamento.
5. O pagamento das faturas será efetuado mediante depósito em conta em nome do requerente, ou em nome da criança beneficiária.

ARTIGO 10º

Falsas Declarações

A prestação de falsas declarações compromete o acesso a estas medidas e /ou outras similares e até mesmo levar à restituição dos apoios atribuídos;

ARTIGO 11º

Dúvidas e Omissões

Todas as dúvidas de interpretação e casos omissos no presente regulamento, serão resolvidos pelo Executivo da União das Freguesias de Castro Verde e Casével.



União das
Freguesias de

CASTRO VERDE E CASÉVEL

ARTIGO 12º

Entrada em vigor

O presente Projeto de Regulamento, após aprovação pela Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Castro Verde e Casével, será devidamente publicitado, nos termos da Lei no Diário da República, o qual produzirá efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2019.